

Sete mulheres para cada homem? Uma análise sobre relações de masculinidade

Fernanda Daniel

Introdução

O nosso propósito inicial passa por clarificar se a expressão, amplamente conhecida, “sete mulheres para cada homem” reflete a proporcionalidade por sexos apurada nos diferentes recenseamentos gerais da população efetuados em Portugal. Recorrendo ao indicador demográfico “relação de masculinidade”, damos conta da proporção de cada um dos sexos ao longo de 137 anos e refletimos sobre algumas das causas que poderão explicar o desequilíbrio entre os sexos espelhado nos diferentes momentos censitários.

“Sete mulheres para cada homem” poderá ter a sua raiz “expansionista” numa passagem bíblica do livro profético do Antigo Testamento, que apresenta a seguinte redação: “Naquele dia, sete mulheres agarrarão um só homem, dizendo: ‘Nós mesmas nos sustentaremos, nós mesmas compraremos as nossas roupas, só queremos que nos deixes usar o teu nome. Tira-nos desta situação vergonhosa’¹. As palavras de Isaías – profeta maior, que terá vivido entre 760 a.C. e 681 a.C. –, pretendem caracterizar um período, considerado pelo comentador bíblico², de anarquia, de tensão e de guerra, no qual os homens morrem à espada e todos os valentes perecem em combate. Na sequência deste cenário profético, as “viúvas que restarem terão de duplicar que um homem qualquer lhes dê descendência”³.

A expressão, com alterações na forma mas com um conteúdo idêntico, é recorrente na linguagem comum, pretendendo significar uma relação numérica desigual entre homens e mulheres. Os recenseamentos gerais da população portuguesa, no entanto, demonstram que esta relação de masculinidade de $\approx 14,3$ (sete mulheres para um homem) nunca existiu com esta expressão, sendo $\approx 19,2$ (cerca de cinco mulheres para um homem) o valor mínimo encontrado – observado no grupo etário dos centenários. Apesar de o equilíbrio entre os sexos nas idades maduras não ser uma realidade espelhada nos recenseamentos, permanece a questão de saber qual a situação quando consideramos os restantes grupos de idades. Neste estudo, desenvolvemos este assunto, baseado em dados estatísticos.

1 ISAÍAS, 4,1.

2 BÍBLIA SAGRADA, ed. 1997.

3 BÍBLIA SAGRADA, ed. 1997 (notas às perícopas, 3,1-15: 3,16-4,1).

Metodologia

O presente estudo analisa as relações de masculinidade⁴ a partir de diferentes agrupamentos de idades, que organizamos em 3 níveis:

- Nível 1 – População total (conjunto de todas as idades).
- Nível 2 – População em grandes grupos etários⁵ (0 - 14 anos, 15 - 64 anos e 65 anos e +).

A população em grandes grupos etários é uma categorização comumente utilizada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), apesar de esta divisão/categorização não ser consensual. Vejamos o último agrupamento de idades, o das pessoas com 65 e + anos – designado eufemisticamente como o grupo dos “idosos”: é consabido que qualquer limite cronológico para enquadrar esta designação é arbitrário, porque omite a heterogeneidade interindividual, não traduzindo as múltiplas dimensões (biológica, física e psicológica) da evolução do ser humano⁶. Relativamente a este grande grupo, a unanimidade de critérios na idade a partir da qual se entra nesta categorização é difícil de obter⁷ – 60 anos? 65 anos? 67 ou mesmo 70 anos? O próprio INE cita como exemplo paradigmático da disparidade conceptual a Organização das Nações Unidas (ONU), que define como idosa a população com 60 e mais anos “para posteriormente, nos cálculos dos indicadores de dependência adoptarem como idosa a população com 65 e mais anos”⁸. Esta diferença de critérios nas normas e padrões de análise demográfica reflete “na verdade, a diversidade das políticas públicas acerca da idade da reforma dos seus trabalhadores, a identificação linear da reforma como o ritual de passagem para o estatuto de pessoa ‘idosa’ e o aumento contínuo do número de idosos nas sociedades ocidentais”⁹.

- Nível 3 – População por agrupamentos quinquenais com exceção do último agrupamento de idades (0 - 4 anos, 5 - 9 anos, 10 - 14 anos, 15 - 19 anos, 20 - 24 anos, 25 - 29 anos, 30 - 34 anos, 35 - 39 anos, 40 - 44 anos, 45 - 49 anos, 50 - 54 anos, 55 - 59 anos, 60 - 64 anos, 65 - 69 anos, 70 - 74 anos, 75 - 79 anos, 80 - 84 anos, 85 - 89 anos, 90 - 94 anos, 95 - 99 anos e 100 anos e +).

Os dados apresentados neste artigo resultam do tratamento de informação proveniente dos recenseamentos da população portuguesa.

Apresentação dos dados

Nível 1: Relações de masculinidade na população total

Na apresentação da relação de masculinidade e da respetiva taxa de variação, trabalharemos obrigatoriamente com população presente¹⁰ (até 1950) e com população residente (a partir de 1960), dado que o processo de apuramento aqui descrito assentou nestes dois tipos de população.

4 A proporção de cada um dos sexos apreendida através do indicador demográfico denominado “relação de masculinidade” expressa-se em percentagem ou per milagem e reflete a relação entre os efetivos populacionais do sexo masculino e os do sexo feminino. $RM = \frac{H}{M} \cdot 100$ OU $RM = \frac{H}{M} \cdot 1000$

H = População do sexo masculino

M = População do sexo feminino

5 Também designados por grupos baseados no critério de entrada e saída da vida ativa (ou potencialmente ativa). Sobre esta temática, sugiro a leitura do artigo de CARRILHO, 1996.

6 DECP, 2002: 189.

7 CARRILHO, 1993: 75.

8 INE, 1999: 5.

9 DANIEL, 2006.

10 O conceito de população presente foi operacionalizado distintamente ao longo dos diferentes recenseamentos, mas a partir de 1890 o conceito pressupõe a presença obrigatória, em períodos definidos, dos indivíduos na residência. Sobre a evolução do conceito da população presente sugiro leitura de CARRILHO, 1990 e CARRILHO, 1991.

Quadro n.º 1 – Evolução das relações de masculinidade

	Ano	Relação de Masculinidade	Taxa de variação (%)
População Presente	1864 ¹	91,9	
	1878	91,6	-0,3
	1890	92,8	1,2
	1900	91,5	-1,3
	1911	90,3	-1,2
	1920	89,9	-0,4
	1930	91,2	1,3
	1940	92,6	1,4
	1950	92,7	0,1
População Residente	1960	91,8	-0,9
	1970	90,4	-1,4
	1981	93,0	2,6
	1991	93,1	0,1
	2001	93,4	0,3

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados dos Censos.

Ao analisarmos as relações de masculinidade, tendo como unidade de análise a totalidade da população, verificamos, nos diferentes momentos censitários, o desequilíbrio entre o número de indivíduos do sexo masculino e o número de indivíduos do sexo feminino. No Quadro n.º 1, apresentam-se as relações de masculinidade relativas a um período de 137 anos, com valores que oscilam entre 89,9 e 93,4. Ao longo deste período, verificamos que o sexo feminino é sempre numericamente superior¹¹.

Há, contudo, oscilações na evolução das relações de masculinidade explicáveis por razões de guerra e de fluxos migratórios mais intensos. No que concerne à mortalidade feminina, a maternidade foi durante muitas décadas a única desvantagem sanitária associada ao sexo feminino.

A descida e a subida mais acentuadas registam-se, respetivamente, no período de 1960 para 1970 e no de 1970 para 1981, provocadas ambas pelos intensos fluxos migratórios. O decréscimo mais acentuado corresponde a uma oscilação de 1,4% (1960 a 1970) e o aumento mais significativo de 2,6% decorre no período de 1970 a 1981. A relação de masculinidade verificada em 1970 é o resultado do processo de emigração clandestina e masculina, iniciado na década de 60 do século XX. Em 1981 a relação de masculinidade subiu em resultado do regresso de emigrantes¹².

Na década de noventa do século XX, observou-se um ligeiro aumento da representatividade masculina: o número global de efetivos masculinos por cada 100 efetivos femininos (isto é, o valor da relação de masculinidade) passou de 93,1 em 1991 para 93,4 em 2001. O aumento de três décimas expresso no indicador “relação de masculinidade” parece não ser alheio ao número de residentes de nacionalidade estrangeira:

11 O predomínio estatístico do sexo feminino é efeito da sobremortalidade masculina. Para um desenvolvimento mais aprofundado, consultar ROSA: 1999.

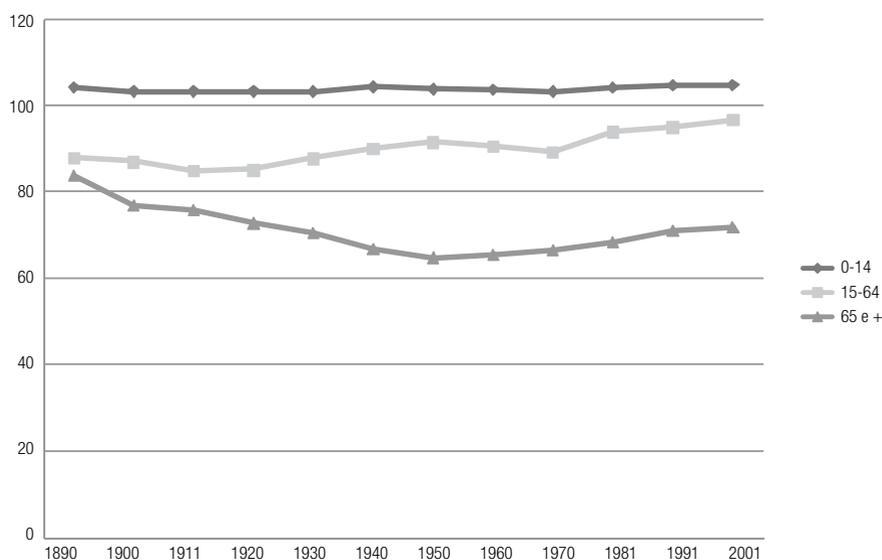
12 Segundo FONSECA e ABREU (1984: 129), “Em 1981 habitavam em Portugal 504 902 retornados das ex-colónias e 192 820 pessoas que em 1973 residiam no estrangeiro”.

“Na realidade, se a população residente em Portugal apenas contasse com os efetivos de nacionalidade portuguesa, o valor da relação de masculinidade, em vez de ter aumentado, teria diminuído”¹³.

Nível 2: Relações de masculinidade com base nos grandes grupos

Os grupos apresentados no Gráfico n.º 1 foram formados a partir da repartição da população por grandes grupos etários. A nossa análise, baseada nos grandes grupos, exclui o primeiro e o segundo recenseamentos (1864¹⁴ e 1878¹⁵), porque aí se apurou a variável idade de forma diferente dos critérios adotados a partir de 1890.

Gráfico n.º 1 – Evolução das relações de masculinidade da população portuguesa, por grandes grupos



Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados dos Censos.

A representação gráfica faz ressaltar diferentes aspectos:

– O primeiro relaciona-se com o grupo dos 0 aos 14 anos. Neste grupo, ao contrário dos outros, o peso dos elementos do sexo masculino é maior do que o dos elementos do sexo feminino. A visibilidade do sexo masculino é apreendida pelo posicionamento da linha referente ao grupo dos 0 aos 14 anos que se encontra na área compreendida entre os 100 e os 120¹⁶. Desta constatação urge perguntar: qual a razão desta imutabilidade da

13 ROSA; SEABRA; SANTOS, 2003: 39.

14 As idades, no primeiro recenseamento, foram apuradas mês a mês até ao ano de idade, de três em três meses até aos dois anos de idade, de ano a ano até aos 10 anos, de cinco em cinco anos até aos cem anos, e os dois últimos agrupamentos são, respetivamente, “mais de cem anos” e “de idade desconhecida”.

15 Neste recenseamento, o primeiro agrupamento surge com os primeiros meses de idade até ao ano de idade, seguindo-se agrupamentos quinquenais até aos vinte anos; a partir dos vinte e um aos vinte e cinco o agrupamento é de ano a ano. A partir dos vinte e seis anos, não existem diferenças em relação aos critérios utilizados no recenseamento anterior.

16 A relação de masculinidade à nascença favorável ao sexo masculino é um dado histórico observável desde que é possível fazer análise em demografia histórica.

diferença? A lei dos grandes números dir-nos-ia que a probabilidade de se nascer menino ou menina deveria ser igual. No entanto, esta probabilidade (metade / metade) não se verifica: o “excedente dos nascimentos do sexo masculino é de 5%, ou seja, por cada 100 nascimentos de raparigas nascem 105 rapazes. Na prática, essa razão estatística à nascença pode ser ligeiramente maior ou menor”¹⁷.

– O segundo aspeto que sobressai é o de que o desequilíbrio entre os sexos tende a agravar-se com a idade, o que traduz o fenómeno da sobremortalidade masculina, bem expressa na variação da esperança de vida, à nascença, entre os dois sexos. Ou seja, as relações de masculinidade revelam, por um lado, a maior probabilidade de nascimento masculino e, por outro, a evolução mais favorável da população do sexo feminino nas idades avançadas, por ação de um maior número de perdas masculinas, quer por óbitos, quer devido a emigrações.

Vejamos a explicação apontada no *I Recenseamento Geral da População*, em 1864, para explicar a superioridade numérica feminina:

Até aos quinze anos o sexo masculino em Portugal conserva sobre o feminino superioridade numerica, que se explica pelo excedente dos nascimentos. D’ahi por diante os perigos de todas as naturezas a que o homem está mais especialmente exposto, a tendência a melhorar de condição, e a repugnância ao serviço militar, que o levam á emigração, o conservam no paiz em menor numero. O predomínio das mulheres, sobretudo nas idades elevadas, é resultado do excedente feminino, que se vê comparando a população total de cada sexo; predomínio que se conserva e augmenta successivamente¹⁸.

– O terceiro aspecto evidenciado relaciona-se com a divergência progressiva da evolução dos grupos de [15-64] e 65 e +, assim como o progresso da masculinidade em ambos os grupos a partir de 1981.

Nível 3: Relações de masculinidade tendo por base agrupamentos quinquenais (com excepção do agrupamento das pessoas com mais de 100 anos)

Em seguida, apresentamos as relações de masculinidade tendo por base agrupamentos quinquenais, com exceção das idades superiores a 100 anos. O Quadro n.º 2 apresenta as relações de masculinidade relativas aos momentos censitários de 1890, 1900, 1911, 1920, 1930 e 1940. Como podemos observar no Quadro n.º 2, existem nas faixas etárias dos [0 a 4], dos [5 a 9] e dos [10 a 14] relações de masculinidade superiores a 100, querendo isto significar que o número de homens nestas três faixas etárias é superior aos das mulheres. A partir do quarto agrupamento, de 15 anos em diante, a relação inverte-se, já que as mulheres são em maior número; essa relação acentua-se à medida que avançamos nas idades. É interessante observar que no último agrupamento, o dos centenários, a relação é de 48,5 em 1890; 39,2 em 1900; 49,1 em 1911; 34,8 em 1920; 41,5 em 1930; 23,9 em 1940. É precisamente em 1940 que a relação de masculinidade é menor, com uma percentagem de 80,7% e 19,3% de mulheres e homens, respetivamente. Existem neste grupo etário cerca de cinco mulheres para cada homem.

17 ROSA, 1999: 699-700.

18 CENSO, 1868: X.

Quadro n.º 2 – Evolução das relações de masculinidade desde 1890 a 1940

	1890	1900	1911	1920	1930	1940
Faixas etárias	Relação de Masculinidade					
[0 a 4]	102,6	103,4	102,9	102,4	102,1	105,2
[5 a 9]	103,7	103,1	103,2	103,6	103,6	104,4
[10 a 14]	106,5	103,6	104,1	103,9	104,3	103,4
[15 a 19]	95,1	94,7	95,1	95,8	98,2	99,4
[20 a 24]	89,3	87,3	83,8	86,9	94,2	99,7
[25 a 29]	85,9	88,4	82,3	84,4	85,9	95,5
[30 a 34]	86,2	85,9	82,7	80,7	84,8	92,2
[35 a 39]	87,2	86,8	85,4	82,9	86,3	86,6
[40 a 44]	88,3	86,0	84,9	82,0	84,1	85,3
[45 a 49]	86,5	85,4	84,5	86,4	83,3	83,6
[50 a 54]	86,5	82,4	80,9	80,7	82,8	80,1
[55 a 59]	82,7	83,1	83,2	81,3	82,7	78,5
[60 a 64]	85,1	80,0	79,0	77,7	79,5	76,9
[65 a 69]	86,2	80,6	80,3	77,8	76,2	73,1
[70 a 74]	84,6	75,1	75,1	72,2	70,9	68,9
[75 a 79]	87,0	77,4	77,2	71,8	69,2	63,7
[80 a 84]	75,3	72,9	67,4	64,9	60,3	55,1
[85 a 89]	70,4	72,5	68,6	63,3	55,9	49,4
[90 a 94]	57,9	55,1	52,0	51,4	47,4	50,8
[95 a 99]	57,1	58,1	50,4	46,3	41,5	38,4
[100 ou +]	48,5	39,2	49,1	34,8	41,5	23,9

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados dos Censos.

O Quadro n.º 3 apresenta as relações de masculinidade desde 1950 a 2001. Podemos observar que até 1970 as relações de masculinidade seguem o padrão dos sessenta anos anteriores, ou seja, durante noventa anos o padrão repetiu-se, apresentando-se o sexo masculino em maior número nas três faixas etárias iniciais. Nos resultados dos censos de 1981 verifica-se algo de extraordinário — o número de homens que até então era superior nas três faixas etárias iniciais é agora maioritário nas cinco faixas etárias. Este padrão, além de se repetir nos recenseamentos de 1991 e de 2001, estende a supremacia numérica no recenseamento de 2001 para as seis faixas etárias iniciais. A observação dos dados dos recenseamentos permite-nos afirmar que a relação numérica de $\approx 14,3$, sete mulheres para cada homem não existe em nenhum dos agrupamentos; no entanto, esta relação aproxima-se dos números mencionados nos recenseamentos de 1950 e 2001 no grupo dos centenários. Concretizando, nestes dois momentos censitários a relação numérica é de $\approx 19,2$, isto é, cerca de cinco mulheres para um homem.

Quadro n.º 3 – Evolução das relações de masculinidade de 1950 a 2001

	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Faixas etárias	Relação de Masculinidade					
[0 a 4]	104,4	105,1	103,9	104,6	104,9	104,7
[5 a 9]	103,6	104,0	103,6	104,1	105,2	104,9
[10 a 14]	103,1	101,9	102,2	103,7	104,0	104,7
[15 a 19]	99,4	96,1	94,7	101,8	102,6	104,2
[20 a 24]	99,6	91,4	90,3	100,9	102,1	102,4
[25 a 29]	96,5	93,0	87,0	98,4	98,0	100,9
[30 a 34]	94,7	92,0	88,3	95,5	96,4	99,3
[35 a 39]	92,9	92,9	89,6	90,7	94,8	96,6
[40 a 44]	89,6	92,3	89,9	90,8	94,1	96,4
[45 a 49]	84,6	91,2	89,8	90,0	91,2	94,5
[50 a 54]	81,8	87,2	88,9	88,8	90,4	92,9
[55 a 59]	78,8	82,1	88,3	88,2	88,1	88,9
[60 a 64]	74,4	77,1	81,4	85,4	85,1	86,9
[65 a 69]	70,2	73,2	75,2	80,5	82,1	83,1
[70 a 74]	68,7	68,2	67,5	72,0	76,3	76,4
[75 a 79]	61,7	61,7	63,1	60,9	68,1	70,1
[80 a 84]	53,4	53,5	52,9	50,7	56,5	60,5
[85 a 89]	43,9	43,8	46,0	42,2	44,1	50,1
[90 a 94]	35,6	34,6	34,0	34,1	34,6	39,7
[95 a 99]	31,7	38,1	31,2	25,2	31,9	27,8
[100 ou +]	19,2	39,0	29,0	45,4	32,7	19,2

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados dos Censos.

Reflexões

A observação dos dados provenientes dos recenseamentos da população permite-nos afirmar que, apesar de nascerem mais indivíduos do sexo masculino do que do sexo feminino, a mortalidade diferenciada entre os sexos origina uma relação numericamente favorável ao sexo feminino.

Fatores biológicos e de género têm tido acentuações diferentes na argumentação da explicação desta diferença na mortalidade.

Diferenças ao nível biológico têm sido indicadas como uma das causas para explicar a mortalidade diferenciada. Determinadas hormonas sexuais femininas – estrogénios e progesterona – são apontadas como uma proteção hormonal contra doenças coronárias. Diversos estudos¹⁹ têm demonstrado que

19 KALIN; ZUMOFF, 1990: 330-352 e ODGEREL; HAN; YANG; MAO, 2007: 71-73.

peessoas com doenças coronárias apresentam baixos níveis de estrogénios ou progesterona²⁰.

Sem escamotear diferenças biológicas, existem determinados fatores sociais que potenciam a maior mortalidade masculina. É um facto, sobejamente relatado na literatura, que as várias instâncias de socialização têm promovido o sexismo, inibindo ou, pelo contrário, estimulando determinados comportamentos estereotipados. A escola, enquanto instância socializadora, tem desde o seu aparecimento promovido a diferença ao separar o sexo masculino do feminino. Vejamos, a título de exemplo, o decreto do *Secretario d'Estado dos Negocios do Reino de 7 de Setembro de 1835* que regulamenta a instrução primária. Segundo o referido decreto (artigo 1.º), “Haverá em cada uma das Capitaes dos Districtos Administrativos uma Escola Normal de Instrução Primaria para o sexo masculino”. Nove anos depois, o Governo, em 28 de setembro de 1844, define os “objectos de ensino nas escolas de meninas: lêr, escrever, e contar – princípios geraes de moral, doutrina christã, civilidade, e exercícios grammaticaes – os labores mais usuaes proprios do sexo feminino”.

Socializações diferenciadas têm potenciado comportamentos diferenciados. Aos indivíduos do sexo masculino são associados comportamentos de risco nomeadamente os que resultam de acidentes de automóvel. Estes comportamentos têm sido apontados como um dos comportamentos que predizem a maior mortalidade masculina:

[a] democratização do automóvel e da moto, o insuficiente controlo por parte dos pais e da comunidade relativamente a jovens que, à falta de outros desafios, querem mostrar serem «homens» e terem perícia na condução, aliado à natural imprevidência destas idades, têm contribuído para que a mortalidade masculina nas idades jovens exceda em muito a das raparigas²¹.

No mesmo sentido, o relatório de 2005-2006 efetuado pela Associação para a Promoção da Segurança Infantil sobre os “Afogamentos de Crianças” permitiu identificar o sexo masculino como uma das variáveis que predizem o afogamento em Portugal. A par do afogamento, mortes violentas devido à utilização de armas podem igualmente ser equacionadas numa perspectiva de sexo.

O consumo de substâncias como o álcool, tabaco e outras drogas é referido na literatura médica como um fator de risco nas neoplasias e nas doenças cardiovasculares e um determinante da sobremortalidade masculina. Em 2001, segundo Prazeres, “[as] taxas de mortalidade por ‘tumores malignos da traqueia, brônquios e pulmão’ e por ‘doença crónica do fígado e cirrose’ nos homens, foram, respetivamente, quádrupla e quádrupla das apuradas nas mulheres”²².

Elencámos um conjunto de fatores derivados das relações sociais de género que explicam relações de masculinidade desequilibradas; no entanto, o nosso propósito passa por refletir sobre os motivos que levaram à alteração do padrão de supremacia numérica feminina, para a masculina nas três faixas etárias seguintes às três faixas iniciais (Quadros n.º 2 e n.º 3). Continuarão os fatores sociais e das relações de género a explicar esta inversão? Acreditamos que sim, destacando como fator explicativo algumas alterações nos padrões comportamentais de rapazes e raparigas e os papéis sexuais que homens e mulheres hoje assumem. Acreditamos que as principais alterações se verificam ao nível das mudanças no papel social da mulher, as quais acarretam consequências em vários domínios, incluindo o da mortalidade.

20 Esta proteção poderá ser explicada pelo papel do estrogénio na modulação da coagulação sanguínea e processos inflamatórios. No entanto, durante a menopausa, estes factores de proteção hormonais deixam de ser significativos devido à diminuição dos níveis de estrogéneos, característica da menopausa.

21 LAGES, 2007: 417.

22 PRAZERES, 2004: 141.

É consabido que na sociedade ocidental o estatuto social da mulher mudou significativamente. São diversos os indicadores que nos dão conta dessas diferenças: “[s]ão cada vez menos as mulheres que assumem uma condição de doméstica e, por consequência, a taxa de actividade feminina aumentou de forma notória nas últimas décadas, particularmente desde os meados dos anos 70 [do século passado]”²³. Se olharmos para os dados provenientes do Inquérito ao Emprego - INE, constatamos que a taxa de actividade económica feminina tem aumentado – estando, embora, longe das taxas apresentadas na década de 1970: em 2002, 46,1%; em 2003, 46,6%; em 2004, 46,7%; em 2005, 47,4%; em 2006, 47,7%; em 2007, 48,1%. Nesta série verifica-se a primeira diminuição em 2008, apresentando a taxa o valor de 48%, a que, pensamos, não é alheia a conjuntura económica. Quem são estas mulheres que vivem do seu trabalho remunerado? São mulheres que casam cada vez mais tarde, se divorciam em maior número, vivem cada vez mais em famílias monoparentais e têm cada vez menos filhos.

Segundo os dados apurados pelo INE, em 2006, 57,3% dos agregados familiares tinham filhos. Destes, a maioria, 32%, tinha 1 filho; 20,3%, tinha 2 filhos; 3,9%, tinha 3 filhos e com 4 ou mais filhos apenas 1%. Porque têm cada vez menos filhos, supomos que a vigilância sobre os comportamentos de risco dos seus filhos seja maior. O estudo de Tavares e colaboradores avança que a vigilância parental é maior nos casos dos filhos únicos: “[t]alvez uma maior supervisão parental direta em função do menor número de filhos em casa possa explicar esse menor número de episódios de intoxicação alcoólica nos filhos únicos”²⁴. A par da vigilância parental, pensamos que concomitantemente se modificou o comportamento dos pais em relação ao/à filho/a: as crianças são cada vez mais valorizadas independentemente do sexo.

Apesar de corroborarmos a tese, fruto de evidências²⁵ de que os estilos de vida e os usos do tempo continuam marcadamente genderizados, as mulheres de hoje na sua dupla e tripla jornada assumem papéis diferentes dos das suas antepassadas; expõem-se com cada vez maior frequência a determinados riscos: bebem, fumam, conduzem, trabalham em todo o tipo de profissões, convergindo esta aproximação no sentido da homogeneização de estilos de vida, aproximando os seus comportamentos dos dos seus congéneres masculinos.

Se o padrão que encontramos nas crianças, nos jovens e nos jovens-adultos se mantiver e se se estender, poderemos perspetivar no futuro um maior equilíbrio entre sexos, decorrente de uma aproximação recíproca de comportamentos. A feminização do envelhecimento, hoje uma realidade, poderá não existir no futuro com a atual proporção. Nos recenseamentos verificámos que as mulheres sempre foram em maior número em quase todos os agrupamentos etários: a explicação parece estar em comportamentos diferenciados que as protegem. A conquista efetiva de direitos está, no entanto, a aproximá-las dos comportamentos de risco até então “exclusivos” do sexo masculino. Será que, quando elas se aproximarem de uma plena e efetiva igualdade de direitos, eles cobrarão a sua proporcionalidade numérica?

23 LALANDA, 2002: 11.

24 TAVARES, 2004: 22.

25 TORRES *et al*, 2000; PERISTA, 2002.

Fontes

- ASSOCIAÇÃO para a promoção da segurança infantil, 2006 – *Afogamentos de Crianças. Relatório 2005-2006*. Disponível em: <http://www.apsi.org.pt/24/relatorio_afogamentos_apsi_2005-2006.pdf> [consult. 12. Dez. 2009].
- BÍBLIA sagrada*, 1997, (Edição Pastoral), 3ª ed. Lisboa: Paulus.
- CENSO da População de Portugal no 1.º de Dezembro de 1911*.
- CENSO da População de Portugal no 1.º de Dezembro de 1920*.
- CENSO da População de Portugal no 1.º de Dezembro de 1930*.
- CENSO da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1890*.
- CENSO da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1900*.
- DECP/Serviço de Estudos sobre a População, 2002 – *O Envelhecimento em Portugal – Situação demográfica e socio-económica recente das pessoas idosas*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- DECRETO do Governo, 28 de Setembro de 1844.
- DECRETO do Secretario d' Estado dos Negocios do Reino, 7 de Setembro de 1835.
- IX RECENSEAMENTO Geral da População*, 15 de Dezembro de 1950.
- POPULAÇÃO. Censo no 1.º de Janeiro de 1864*.
- POPULAÇÃO. Censo no 1.º de Janeiro de 1878*.
- VIII RECENSEAMENTO Geral da População*, 12 de Dezembro de 1940.
- X RECENSEAMENTO Geral da População*, 15 de Dezembro de 1960.
- XI RECENSEAMENTO Geral da População do Continente e Ilhas Adjacentes em 15 de Dezembro de 1970*, estimativa a 20%.
- XII RECENSEAMENTO Geral da População do Continente e Ilhas Adjacentes em 16 de Março de 1981*.
- XIII RECENSEAMENTO Geral da População do Continente e Ilhas Adjacentes em 15 de Abril de 1991*.
- XIV RECENSEAMENTO Geral da População em 12 de Março de 2001*.

Bibliografia

- CARRILHO, Maria José, 1990 – “A evolução da produção estatística através dos censos” in *Actas do Seminário Censos 91*. Coimbra. p. 1-40.
- CARRILHO, Maria José, 1991 – “Aspectos demográficos e sociais da população portuguesa no período 1864-1981: uma análise regional”. *Estudos Demográficos*. N.º 30, p. 11-29.
- CARRILHO, Maria José, 1993 – “A evolução demográfica em Portugal entre 1981 e 1992”. *Estudos Demográficos*. N.º 31, p. 75-98.
- CARRILHO, Maria José, 1996 – “População Activa: Conceito e Extensão através dos Censos”. Instituto Nacional de Estatística.
- DANIEL, Fernanda Bento, 2006 – “O Conceito de Velhice em Transformação”. *Revista Interações*. N.º 10, p. 113-121.
- FONSECA, Maria Lucinda; ABREU, Diogo, 1984 – “Transformações na estrutura da população activa portuguesa – 1970-1981”. *Finisterra*. N.º XIX-37, p. 129-136.
- KALIN, Marcia; ZUMOFF, Barnett, 1990 – “Sex hormones and coronary disease”. *A review of the clinical studies*. N.º 55, p. 330-352.
- LAGES, Mário, 2007 – “Os comportamentos de risco dos jovens portugueses e a sua mortalidade”. *Análise Social*. Lisboa: ICS, vol. XLII (183), p. 395-418.
- LALANDA, Piedade, 2006 – “A população feminina e as transições familiares através da demografia”. *Estudos Demográficos*, N.º 38, p. 5-29.
- ODGEREL Tumur; HAN Jiang-li; YANG Chi-sun; MAO Jie-ming, 2007 – “The relationship between sex hormones and extent of coronary artery disease in postmenopausal women”. *Chinese Medical Journal*. 120 (1), 71-73. Disponível em: <<http://www.cmj.org/Periodical/PDF/20071551291380.pdf>> [consult. 1 de Mai. 2009].
- PERISTA, Heloísa, 2002 – “Género e trabalho não pago: os tempos das mulheres e os tempos dos homens”. *Análise Social*. Vol. XXXVII (163), p. 447-474.
- PRAZERES, Vasco, 2008 – “Alguns custos da masculinidade no domínio da saúde e perspectivas de futuro” in *Actas dos ateliers do V Congresso Português de Sociologia: Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*. p. 141-142.
- ROSA, Maria João Valente, 1999 – “Notas sobre a população — desequilíbrios entre sexos”. *Análise Social*. Vol. XXXIV (151-152), p. 699-705.
- ROSA, Maria João Valente; SEABRA, Hugo; SANTOS, Tiago, 2003 – “Contributos dos Imigrantes na Demografia Portuguesa. O papel das populações de Nacionalidade Estrangeira”. *Observatório da Imigração*. Disponível em: <<http://www.mne.gov.pt/NR/rdonlyres/21B3C2AF-18AE-4571-80DC-FA1BDF45E775/0/ContributosImigrantesDemografia.pdf>> [consult. 1. Mai. 2010].
- SOUSA, Fernando de, 1990 – “Evolução da População Portuguesa no Período Pré-estatístico (1530-1864). Fontes e Problemas de Medição. Resumo” in *Actas do Seminário Censos 91*. Coimbra.

TAVARES, Marcelo; FUCHS, Felipe; DILIGENTI, Felipe; ABREU, José; ROHDE, Luis; FUCHS, Sandra, 2004 – “Características de comportamento do filho único vs filho primogênito e não primogênito”. *Revista Brasileira de Psiquiatria*. N.º 26(1), p. 17-23.

TORRES; Anália; SILVA, Francisco Vieira da; MONTEIRO, Teresa Libano; CABRITA, Miguel; JESUS, Filipa Henriques de, 2000 – “Porque não se revoltam as mulheres? Resultados de uma pesquisa nacional sobre a divisão do trabalho entre os sexos” in *IV Actas do Congresso Português de Sociologia*. Disponível em: <http://www.aps.pt/cms/docs/prv/docs/DPR462dfdbe04e54_1.PDF> [consult. 1 de Jul. 2009].